

O desenvolvimento rural e a agricultura familiar na RMC: da modernização à alternatividade à crise socioambiental

*The rural and the familiar agriculture in the Metropolitan Region of
Curitiba: from the modernization to the alternative modes, to the socio-
environmental crisis*

*Hieda Maria Pagliosa Corona
Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Resumo: O objetivo é analisar o mundo rural no contexto do desenvolvimento e crise da sociedade moderna, observando as abordagens teóricas, as políticas públicas e as ações práticas dos agricultores familiares. Parte-se de um quadro histórico/analítico sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, observando os limites das políticas públicas produtivistas e as possibilidades para o “desenvolvimento sustentável” no rural metropolitano de Curitiba.

Palavras chaves: modernização; agricultura familiar; políticas públicas; rural metropolitano.

Abstract: The aim is analysing the rural world in the context of the development and the crisis of modern society, observing the theoretical approaches, the public policies and the familiar agriculturists' practical actions. It starts from a historic/analytical frame about the rural and the familiar agriculture development, observing the limits of productive public policies and the possibilities to the sustainable development at the Metropolitan Region of Curitiba.

Key-words: modernization; familiar agriculture; public policies; metropolitan rural.

JEL: R1

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o mundo rural no contexto do desenvolvimento e crise da sociedade moderna, observando as abordagens teóricas, as políticas públicas e as ações práticas dos agricultores familiares. Parte-se da construção de um quadro histórico/analítico sobre como se configurou o modelo de desenvolvimento com a modernização do campo brasileiro e como tal processo se refletiu nas concepções teóricas sobre o rural e a agricultura familiar. Observa-se neste processo que o rural e, em especial, a agricultura familiar passou a ser o *locus* ora do atraso que deveria ser superado com a modernização dos meios e modos de vida, ora como alternatividade para os projetos de superação da crise socioambiental, configurada pela pobreza e pela degradação ambiental.

Neste contexto, foi possível verificar como as políticas públicas para a Região Metropolitana de Curitiba se configuraram numa relativa “invisibilidade” do rural, pois ele esteve historicamente vinculado às demandas urbanas. Desde o período de colonização intensa do entorno de Curitiba no final do século XIX, através dos “cinturões verdes”, até a recente opção pelo “desenvolvimento sustentável”, o que sempre orientou a inserção ou não do rural na dinâmica das políticas públicas foi o atendimento ou não às demandas metropolitanas.

Para ilustrar tal processo, algumas informações originadas de uma pesquisa realizada na comunidade de Mergulhão (São José dos Pinhais) a qual enfrentou e enfrenta pressões/limitações e, também, oportunidades geradas na relação estreita com as demandas da metrópole foram usadas. A metodologia utilizada apóia-se na revisão de literatura e nas informações e dados coletados na pesquisa de campo realizada em 2005 (CORONA, 2006). A pesquisa compreendeu uma primeira fase

com entrevista dirigida com todos os agricultores da comunidade (22 famílias) e a segunda com entrevistas em profundidade, com 5 famílias.

Deste modo, o artigo apresenta duas partes. A primeira refere-se às reflexões acerca das transformações no mundo rural e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, evidenciando como as concepções teóricas foram se configurando nesse processo. Em seguida são apresentadas as políticas públicas para Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e a análise dos impactos da problemática ambiental em comunidades da RMC. Nessa etapa, buscou-se identificar a relativa invisibilidade do rural diante das demandas do urbano e da metrópole, as quais orientam as políticas públicas e evidenciam os esforços dos agricultores familiares em estabelecer estratégias para manter-se no rural. Estratégias que apontam para a capacidade de adaptação à lógica produtivista, bem como, de inovação no que concerne a alternativa de produção “mais natural”, não sem tensões e conflitos.

2. As Transformações no Mundo Rural e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Os fundamentos do projeto de modernização da sociedade ocidental, como tratado por diversos autores, pressupõem uma visão dicotômica entre um passado arcaico ou tradicional que deveria ser superado e um presente (futuro) moderno que deveria ser implementado. Essa visão, segundo Ferreira (2002), se especializou no rural (agrícola) e no urbano (industrial), levando em consideração que o novo mundo era urbano e o velho era rural, em função dos espaços que historicamente eram base dos modelos societários em expansão e em declínio. A modernização da agricultura revelava tal perspectiva, porque diante da esperada urbanização, tratava-se de “artificializar” a agricultura para que liberasse de forma crescente a produção de alimentos da sua base natural-rural e de seus componentes e agentes sociais arcaicos (FERREIRA, 2002).

Para a autora, os pressupostos do pensamento dicotômico entre rural e urbano, próprio da sociologia rural de Sorokim *et al* (1986), e a ideia de continuum rural-urbano, difundido na América Latina por Solari (1968, apud FERREIRA, 2002), vão integrar as teses da teoria da modernização, as quais se tornam referência para o projeto de modernização agrícola brasileira, conhecida como a “modernização conservadora”. Essas ideias vão sendo incorporadas pelos intelectuais, pelos gestores do desenvolvimento e pelas instituições de extensão rural, os quais detêm os dispositivos e os instrumentos para a modernização. Enfatiza a autora, que é no quadro do pensamento dominante sobre o desenvolvimento rural que passa a vê-lo como uma etapa a ser conquistada através da inovação tecnológica e organizacional; da produção agrícola e a sua crescente integração ao mercado; da modernização do modo de vida rural, como a aquisição de disposições para a mudança e a capacitação profissional para utilizar as novas tecnologias.

Feitas essas considerações, pode-se compreender o rumo das transformações ocorridas em nossa agricultura e no rural brasileiro. Uma das principais características das políticas modernizadoras foi o apego aos objetivos de mudança da base técnica e de aumento da produção. A diversidade dos problemas presentes na nossa agricultura foi reduzida e fragmentada e a ela foram apresentadas algumas soluções técnicas que a fizessem vencer o “atraso”. Sob esta orientação, novas formas de agricultura tecnificada foram sendo adotadas, em detrimento das formas tradicionais, além de novos padrões de produtividade e de consumo, entre outras práticas. Essas mudanças provocaram a reconfiguração social do meio rural, o qual

passou a ser percebido como espaço predominantemente destinado à produção, deixando de considerá-lo enquanto espaço de trabalho e de vida (WANDERLEY, 2000a).

Tal modelo tem as concepções schultzianas para a transformação da agricultura e das relações sociais tradicionais no meio rural como parte de suas referências científicas. Para Schultz, a família camponesa seguia a mesma racionalidade econômica de uma empresa moderna, pois funcionava como um sistema coerente e racional cujo funcionamento era perfeito. Comparativamente, havia “poucas ineficiências significativas na distribuição dos fatores de produção na agricultura tradicional” (SCHULTZ, 1965, p. 47). A pobreza que existia no seio da agricultura tradicional era resultado dos fatores alocativos porque não bastavam as experiências adquiridas através dos séculos para a emancipação econômica. Esta dependia, sim, da alteração dos meios de trabalho.

No caso brasileiro, para mudar esse quadro, a agricultura tradicional precisou contar, então, com a atuação do Estado para implantar o pacote tecnológico (motomecanização, revolução verde, melhoramento genético) que promovia mudanças nos procedimentos técnicos adequados à lógica “taylor/foordista” de produção em massa e com procedimentos previsíveis tecnicamente. Neste contexto, como diz Almeida (1998), a agricultura passou a incorporar quatro noções: a de crescimento econômico para vencer o atraso; a abertura técnica e cultural com aumento da heteronomia; a de especialização da produção com maior dependência à montante e à jusante e inter-relação com a sociedade global; a do surgimento de um tipo de agricultor mais competitivo e questionador da vida social e mentalidade tradicional.

Como a estratégia de modernização rural praticada pelos governos militares era a autossuficiência alimentar e a produção de excedentes para o mercado internacional, a ênfase foi tornar a agricultura um espaço da integração/expansão capitalista, como produtora de matérias primas e alimentos e consumidora de máquinas e de insumos agrícolas. Sem alterar a estrutura fundiária, as culturas de destaque (soja, café, cana e trigo), orientadas pela estratégia de governo, favoreceram a permanência e expansão da grande propriedade, a mais beneficiada, segundo Martine (1987), pela política agrícola brasileira. Tal presença revela-se no índice de Gini da concentração fundiária brasileira em 2003 que representa 0,816 (INCRA, 2009), uma das maiores do mundo. Para Wanderley a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, recebendo, assim, prioritariamente o “estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira [...] a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 1999, p. 36).

O projeto desenvolvimentista, ao priorizar a grande propriedade e o pacote tecnológico, promoveu, por um lado, a transformação de uma parte dos grandes proprietários em agricultores modernos, especializados, individualistas, integrados ao mercado nacional e internacional. Por outro lado, uma inserção diferenciada dos camponeses na modernização, estabelecendo uma diferenciação social no seio da agricultura camponesa e também a exclusão de grande número de agricultores brasileiros desse processo.

A inserção diferenciada da agricultura camponesa revelou-se em duas direções: os agricultores que potencializaram seus recursos naturais, financeiros e familiares aderindo ao pacote tecnológico e ampliando o acesso à terra; os

agricultores que assimilaram parte das inovações tecnológicas pelos limites que enfrentavam (terra, recursos financeiros, etc). Esses passaram a combinar elementos da tradição camponesa como: interconhecimento; autoconsumo; centralidade da família; diversificação da produção; terra como patrimônio familiar; inexistência da esfera econômica autônoma da vida social (MENDRAS, 1978), com elementos da modernidade, como: uso de máquinas, insumos químicos, sementes selecionadas, animais geneticamente selecionados, etc. Porém, parte significativa do campesinato brasileiro foi excluída ou teve acesso precário à modernização do campo, a eles restando às áreas mais degradadas na própria região, ou áreas distantes, nas frentes de expansão agrícola brasileira. Assim, as diferentes ruralidades resultantes da trajetória de desenvolvimento permitem reconhecer que a pretendida homogeneização do projeto de modernização do campo gerou, ao contrário, uma maior diversidade.

Entretanto, os impactos da modernização foram variados, pois o pacote tecnológico e os produtos da pauta de exportação e demanda da indústria brasileira penetraram as regiões de modo diferente, porque diferentes são as condições ambientais e sociais do meio rural brasileiro. Tal configuração originária do processo de modernização da agricultura remeteu à necessidade de novas formas de abordagem pelas ciências sociais. Inicialmente, procurou-se evidenciar as conseqüências do modelo desenvolvimentista para o rural, apontando os problemas relacionados ao desmantelamento das pequenas propriedades, ao êxodo rural, à intensificação da situação de pobreza rural, entre outros. Essas evidências, combinadas com os modelos de interpretação teórica, tanto no interior do liberalismo quanto no marxismo, conduziam a pensar na emergência do “fim do camponês” ou “fim do mundo rural”.

A realidade, porém, apontava para a capacidade de parte deste rural em suportar mudanças, transformando-se, construindo-se e reconstruindo-se. Daí a importância dos estudos sobre os pequenos produtores, os migrantes, os bóias-frias, os reassentados, entre outros, que buscaram dar visibilidade “às possibilidades históricas que as populações camponesas ainda têm para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo”, como bem lembrou Martins (2000, p. 2). Isso acabou por revelar os diferentes níveis das transformações produzidas pela modernização no campo e, em conseqüência disto, a heterogeneidade/diversidade das formas de organização do mundo rural ou de diferentes ruralidades (CORONA et al., 2003).

Num segundo momento, o debate acadêmico suscitado no final dos anos 80 e início dos 90 indicava a preocupação em compreender essa heterogeneidade promovida pelo processo de modernização. Sendo assim, o questionamento da categoria “pequena produção” foi tomado como explicativo para o cenário vivido pela maioria dos agricultores brasileiros. Isto porque, por um lado, a pequena produção era associada à agricultura de base camponesa tradicional e, por outro, a média e grande produção à agricultura de base empresarial. Entretanto, os dados empíricos demonstravam o quão insuficiente isso era para explicar a complexidade da agricultura após o avanço da modernização no campo e da expansão do mercado capitalista.

Como demonstram as pesquisas organizadas por Lamarche (1993), há produção de base familiar em pequena escala como também em média e até grande escala, com graus variados de tecnificação e inserção no mercado. Em contrapartida, segundo Veiga (1991), há produção de base empresarial em pequena e grande propriedade, dependendo do tipo de produção e do grau de especialização. Para Lamarche (1993), em todas as sociedades, por diferentes que sejam, onde o mercado

organiza as trocas, a produção agrícola é assegurada, em maior ou menor grau, pela produção familiar. Há, entretanto, uma grande diversidade de situações vinculadas à história e aos contextos socioeconômicos e políticos que revelam a enorme capacidade de adaptação e flexibilização da agricultura familiar na medida em que suas estratégias, usos e recursos de sobrevivência diversificaram o rural e tem permitido que ela sobreviva.

Assim, a categoria “agricultor familiar” ganha sentido no debate acadêmico porque permitiu diferenciar, num primeiro momento, a agricultura de base familiar da empresarial. O conceito de agricultura familiar, mesmo que polêmico, teve como ponto de partida a constatação de Chayanov de que a unidade econômica familiar não é um modo de produção, mas uma forma de organizar a produção diferente do modo empresarial. “La familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas” (CHAYANOV, 1974, p. 44). A reprodução da agricultura familiar não se dá pela apropriação da mais valia, porque a fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. Quando há contratação de mão de obra, normalmente sazonal, esta é uma espécie de complementaridade do esforço familiar. Na agricultura familiar, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução do estabelecimento” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Para Wanderley (1999), a combinação destes fatores não é apenas um detalhe, é uma característica que tem conseqüências para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Isto poderia explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. De acordo com a autora, a agricultura familiar continua a reproduzir-se com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família. Nela permanece um modo específico de organizar a produção “cujo funcionamento tem como referência à própria estrutura familiar da unidade de produção” (WANDERLEY, 1999, p.44). Assim, o “lugar da família” constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar, garantindo sua reprodução social.

Segundo Wanderley (1996, 1999), estas formas tentam adaptar-se aos impactos da cultura urbana, da centralidade do mercado e da globalização da economia. Mendras (1978) já havia alertado para o fato de que havia uma perda crescente da autonomia tradicional das unidades familiares decorrentes da subordinação e integração destas à sociedade envolvente e do esvaziamento das sociedades locais provocadas pelo êxodo rural. Exemplo disso era que “o aldeão tornava-se consumidor como os citadinos, já que chegava a comprar seu pão, renúncia suprema para o camponês tradicional” (MENDRAS, 1978, p. 15). Assim, a racionalidade moderna se apodera da organização familiar e a modifica, sem que isso signifique necessariamente a exclusão de aspectos da tradição camponesa. Nas palavras de Wanderley: “os agricultores modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo” (1996, p.14).

Deste modo, se o conceito de agricultura familiar passa a ser pertinente para identificar as alterações que o rural e a agricultura viveram a partir da modernização, não é suficiente para compreender a diversidade que ocorre no seio da agricultura familiar. Segundo Wanderley (1999, p. 23-35), agricultura familiar é um conceito genérico, que abriga dentro de si várias formas de reprodução econômica e social: do

campesinato tradicional, com produção de subsistência, à produção familiar moderna, a qual convive com a modernização da agricultura, a inserção nos processos globais de acumulação de capital e a “abertura” ao modo moderno de vida.

Se os impactos do projeto modernizador foram diferentes, também o foram as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para enfrentar a “crise” deste modelo, a qual marca fortemente a década de 90. Tal crise, desencadeada pelos próprios limites do produtivismo, ficou evidenciada na superprodução (1983: EUA investiu 29 bilhões de dólares para os agricultores não plantarem - FOLADORI, 2001), na queda de preços dos produtos agrícolas, no aumento dos preços dos insumos industrializados, além dos problemas sociais (exclusão/fome) e ambientais pelo uso excessivo de agrotóxicos e dos recursos naturais. Somem-se, ainda, os problemas sociais promovidos pelo intenso êxodo rural e pela precariedade das condições de vida no campo e na cidade. A chamada “nova ruralidade”, como o turismo rural, a produção orgânica, as áreas de preservação ambiental onde vivem populações “tradicionais”, assentamentos da reforma agrária, a pluriatividade, entre outros, estão vinculadas a este processo.

Vale lembrar, que no Brasil, a afirmação do conceito “agricultura familiar” esteve vinculado, também, aos movimentos sociais ligados à parcela de agricultores de pequena extensão de área que não ou parcialmente acessaram as políticas públicas de modernização. Esses estavam em geral organizados via sindicalismo dos trabalhadores rurais, e que deflagravam lutas políticas pela afirmação de uma “nova” categoria social, que lhes diferenciase dos assalariados rurais. No entanto, esse conceito passa por um questionamento significativo na primeira década do século XXI. Estudiosos das ciências sociais realizam um exaustivo debate em torno de qual conceito seria adequado, cientificamente, para tratar dessa parcela e agricultores, hoje muito heterogênea, que tivesse de alguma forma referência no pensamento clássico. Por um lado, os neo-marxistas questionam a pertinência da categoria “agricultura familiar” porque ela não encontra referência no pensamento clássico, tendo como tendência considerá-la como “produtores simples de mercadoria” (NAVARRO, 2011). De outro lado, estudiosos mobilizados pelas demandas das reflexões promovidas por movimentos sociais ligados à várias entidades, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Via Campesina Brasil, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), entre outros, consideram mais adequado falar em “camponeses” para designar tal heterogeneidade da qual nos referimos anteriormente. Na apresentação da coleção, os editores explicitam o que entendem por “campesinato”:

Há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem tanto no campo acadêmico quanto o político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais. Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato é constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo [...] a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, em rede, os nacionais e os internacionais” (CARVALHO et al., 2009, p.9)

Tal polêmica reafirma a necessidade de reconhecer as especificidades da agricultura de base familiar, considerando as mais diferentes formas históricas e situações reais vividas por essa parcela do rural brasileiro e que não sucumbe a suposta tendência à homogeneização. Ao que parece, esse debate não anula a

possibilidade do conceito “agricultura familiar”, porque ele faz parte tanto do debate acadêmico como das lutas políticas, a exemplo do sindicalismo da agricultura familiar (FETRAF). Considera-se que esse conceito expressa as diferentes situações sociais vivenciadas pelos agricultores familiares, com graus variados de integração com o mercado, mas que ultrapassa as questões vinculadas apenas à produção, porque considera a dinâmica social, cultural e as relações com o ambiente, tendo a família como ponto de partida e de convergência de todas as estratégias de reprodução. Assim, falar em agricultura familiar, entendendo-a no seu sentido mais amplo, permite pensar nas “novas ruralidades” como possibilidade de identificar como a problemática ambiental insere-se na reprodução da agricultura familiar.

A problemática ambiental foi, a partir da década de 1970, penetrando o espaço rural com preocupações que movimentavam a agenda social do debate sobre a escassez dos recursos naturais e das políticas necessárias para a preservação e a conservação. Nesse contexto, as disputas de sentido entre os vários atores sociais contemplavam desde a definição de que concepção de meio ambiente corresponderia a um novo entendimento da relação homem/natureza até a escolha de que recursos deveriam ser utilizados, preservados ou conservados.

Tais tendências evidenciam de certo modo como a “problemática ambiental” impacta o mundo rural e promove mudanças nas estratégias familiares. O rural modificado pelo processo de modernização, nos países de capitalismo avançado, passa a estar vinculado a uma natureza “desnaturalizada” e a um ambiente não mais de qualidade (FERREIRA, 2002). Seja pela transformação da paisagem pela degradação das florestas e expansão das monoculturas, seja pela poluição gerada no processo produtivo, pelo uso intensivo de produtos químicos que contaminam solo, água e alimentos, além de afetar diretamente a saúde dos agricultores. Segundo Ferreira (2002) é a crise deste modelo que gera o apelo a uma agricultura sustentável, ou verde, junto com a expansão de áreas protegidas, parques, etc., trazendo o rural para o centro do debate ambiental, dando evidências de suas relações de complementaridade com o urbano. Como diz Jollivet “uma categoria nova de rural se constrói: a de um rural formado, permeado, estruturado e dinamizado, mesmo se por relações conflituosas, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que essa referência veicula” (JOLLIVET, 1997, p.364).

Com base nas reflexões de Marsden e Murdoch (1993 e 1994 apud WANDERLEY, 2000b, p. 91), Wanderley comenta que no campo de confronto entre quais seriam as prioridades do (novo) rural, uma primeira posição continua defendendo-o como *espaço para a produção*; uma segunda posição associa o meio rural à qualidade de vida, deixando prioritariamente de ser espaço produtivo para ser *espaços de consumo* (residência, lazer, turismo, etc), o que atenderia ao conjunto da sociedade, principalmente os habitantes das grandes áreas metropolitanas; uma terceira percepção coloca o rural como parte integrante do *patrimônio ambiental* a ser preservado. O rural, nesse sentido, passa a ser percebido como de interesse e “patrimônio” de toda a sociedade – um bem coletivo.

È, portanto, no contexto do rural penetrado pela problemática ambiental é que os impactos gerados pela modernização da agricultura passam a ser um dos principais focos do debate, o qual se acirra na segunda metade da década de 1990 em consequência dos “efeitos inesperados” no campo da alimentação humana e das mudanças climáticas. O tema da sustentabilidade, principalmente após o fenômeno da vaca louca e da contaminação dos alimentos, quando o tema da saúde humana torna-se ainda mais vital, mobiliza o campo ambiental a se manifestar não apenas sobre como e o que preservar ou conservar no ambiente, mas como proteger e

conservar a saúde e a segurança dos homens. As principais pressões sobre o rural passam a ser: unir quantidade e qualidade na produção de alimentos; fim das queimadas, principalmente nas novas áreas de expansão agropecuária; redução das emissões de gases poluentes; proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade e a produção “limpa”.

3. A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas para a RMC: da Modernização ao “Desenvolvimento Sustentável” do Rural Metropolitano

3.1 As Políticas Públicas e o Rural Metropolitano

A Região Metropolitana de Curitiba, como relata Moura *et al* (2004), é a Região entre as aglomerações urbanas de caráter metropolitano, com maior extensão territorial (área de 15,5 mil Km²) e com o maior contingente de população rural (1970: 20,09%; 2000: 8,82%) dentre os 2,7 milhões de habitantes. A agricultura familiar é responsável por cerca de 80% das unidades rurais, segundo dados do PRONAF (2006). Essa agricultura familiar abriga vários tipos de produtores: tradicionais, voltados à produção de subsistência; produtores que incorporaram as demandas do mercado de produção de grãos, batata e cebola, com forte uso de tecnologia e insumos químicos; produtores de frutas e silvicultores; produtores ultra-integrados ao mercado de olerícolas; e, mais recentemente, os produtores orgânicos.

Porém, mesmo significativo, trata-se de um rural aparentemente “invisível” para as políticas públicas, pois sua relevância restringe-se às suas funções de atendimento às demandas urbanas da metrópole, tanto no que se refere à produção de alimentos e de possibilidades para o turismo, como à preservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais. Essa relativa invisibilidade acaba ocultando a importância do rural metropolitano que, entre outros aspectos, abriga uma população significativa (que se aproxima de 250 mil pessoas), é constituído de municípios rurais, em alguns dos quais, a população rural excede 80% da total e participa com uma importante produção agropecuária para a RMC e para as demais regiões. Importância porque se trata de um espaço em que transcorre a vida dos agricultores, que procuram manter os patrimônios social, cultural, ambiental e fundiário de suas famílias e da comunidade, para usufruto, também, da sociedade mais geral, já que muitos desses aspectos transcendem os interesses locais.

Observando o processo de desenvolvimento da RMC é possível identificar os três grandes ciclos de desenvolvimento evidenciados anteriormente e como eles incidiram nas políticas públicas para o rural metropolitano. O primeiro ciclo foi o da colonização das áreas rurais através da imigração; o segundo, o da modernização do campo na década de 1960/70; o terceiro, o da inserção do Estado na agenda do “desenvolvimento sustentável”.

A colonização ocorreu com a seção de terras devolutas aos imigrantes europeus, direcionada por políticas públicas de colonização das áreas rurais (últimas décadas do século XIX e início do século XX), como uma estratégia de desenvolvimento para a região. A colonização na região de Curitiba demandou grande esforço dos imigrantes, porque a conquista de uma colônia - coberta por “mato fechado”, sem nenhuma infraestrutura nem recursos financeiros, impôs limitações concretas à manutenção das famílias, devido tanto à falta de alimentos como ao penoso e árduo trabalho, enfrentados pela esperança de melhorar as condições de vida da família, vista como inatingível em seus países de origem.

Tal política de estímulo ao “branqueamento” da população era acompanhada da expectativa de que os conhecimentos e práticas “mais racionais” (técnicas agrícolas, uso de equipamentos, etc.) conduziriam ao progresso desejado. Além das atividades agrícolas, esses migrantes eram valorizados pelos ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, alfaiate, comerciante, etc. Isso colocaria a região de Curitiba no circuito de desenvolvimento do Brasil moderno. Esse processo não se limitou ao estímulo à imigração, foi desencadeado por outras políticas públicas.

No final do século XIX foi aprovado o Código de Postura de Curitiba, o qual definiu os limites entre o rural e o urbano e estabeleceu os planos de ocupação do rural no entorno de Curitiba, segundo o modelo dos “cinturões verdes” já existentes na Europa. Segundo Karam (2001), isso demonstrava que o rural reafirmava-se como espaço a serviço da urbanização, pois as preocupações eram com o atendimento das demandas da cidade, tanto por alimentos como pela mão de obra destinada a outras atividades, incluindo serviços domésticos. A sociabilidade e a vida econômica estruturavam-se no interior das colônias, favorecendo a integração entre “iguais”, mantendo com a cidade relações para a venda de seus produtos e para a prestação de serviços.

O segundo e o terceiro ciclos realizaram-se no contexto metropolitano, incluindo a criação da COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba – através de Lei Federal em 1975. Em 1978 é instituído o I Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O PDI promoveu investimentos em saneamento básico, sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e sistema viário metropolitano, bem como, estabeleceu uma política de uso do solo vinculada à proteção dos mananciais hídricos (IPARDES, 2005). Especificamente para a área rural, recomendava: a exploração mineral em municípios da região oeste; a horticultura nas regiões nordeste e sudeste; a bacia leiteira ao leste (mais próximo de Curitiba); e a exploração agrícola intensiva ao sul, pelos solos apropriados. Essas recomendações eram acompanhadas do “pacote tecnológico” que promoveu a modernização do campo brasileiro, inserindo assim a RMC nesse processo.

No então, a RMC não apresentava as condições “ideais” para implementação global do “pacote tecnológico”, porque apresentava uma importante heterogeneidade geoambiental (MADE, 2003). É região de formação geológica “jovem”, que resulta em relevo muito ondulado e montanhoso (incluindo a da Serra do Mar) e em muitas áreas com solos (aptos: 26%; inaptos: 74% - IPARDES, 2004) mais rasos e frágeis ao uso intensivo, não adequado integralmente a produção dos produtos da pauta da modernização (soja, café, trigo, etc). Deste modo, a modernização penetrou via a produção da batata e cebola, dos hortigranjeiros e da produção leiteira.

O processo de modernização no Paraná promoveu um intenso fluxo migratório pelo êxodo rural para outras regiões do país e, internamente, em direção à Região Metropolitana. No final da década de 1970, segundo Maranhão e Ciminelli (1988) *apud* relatório MADE de 1997, 1/3 de sua população era de migrantes (menos de 10 anos como residentes), predominando a faixa etária de 20 a 39 anos. Destacam os autores que 79% dos migrantes eram oriundos do interior do Estado, a maioria do rural. Esse fluxo dirigia-se majoritariamente para as áreas urbanas, mas também para o rural metropolitano menos valorizado pelo mercado de terras.

Com o fim do período militar e a redemocratização do país, as mudanças institucionais e econômicas foram acentuadas e a COMEC sofreu um relativo esvaziamento de suas funções, incluindo o enfrentamento das mudanças ocorridas na Constituição de 1988, que assegurou a participação da sociedade civil no

planejamento municipal, estadual e federal e redefiniu sua finalidade para “coordenar e articular as funções públicas de interesse comum” (COMEC, 2002, p.5). Passada essa fase, a década de 1990 foi marcada pelas preocupações ambientais e com o crescimento populacional da região, vislumbrando a necessidade da ação conjunta dos municípios.

Nessa perspectiva, a COMEC publicou o II PDI em 2003, tendo como proposta o “desenvolvimento sustentável” que articulasse a questão ambiental, socioeconômica e o crescimento. As propostas para o espaço rural baseiam-se na “sustentabilidade ecológica”, com a proteção dos recursos hídricos e remanescentes naturais; na “sustentabilidade econômica”, com o desenvolvimento do turismo nas áreas de proteção; e na “sustentabilidade espacial” (KARAM, 2001), com a configuração rural-urbana por meio do acesso à população e estruturação da Rede Integrada de Transporte Metropolitano (RIT). O que se conclui preliminarmente é que as políticas para o rural continuam vinculadas às demandas urbanas, com ênfase agora na conservação ambiental, ameaçada ainda mais pela expansão da ocupação urbana em áreas rurais, no entorno de Curitiba.

3.2 A Comunidade de Mergulhão

A comunidade de Mergulhão (22 famílias de agricultores), localizada no município de São José dos Pinhais (fundado em 1853), limítrofe a Curitiba, tem vivenciado de perto este processo. A origem da comunidade está vinculada a política de colonização no entorno de Curitiba, caracterizada pela ocupação inicial dos imigrantes italianos, os quais foram “se misturando” com os descendentes de poloneses, residentes em outra colônia próxima. Essa informação é confirmada pelos dados registrados na pesquisa de campo, na resposta sobre a origem étnica do casal responsável pelos estabelecimentos, pois a grande maioria manifestou que descendem de poloneses (22 incidências) e italianos (22 incidências).

Seu desenvolvimento esteve atrelado à produção tradicional da policultura-criação com base no trabalho manual com o uso da tração animal, muito característico das ações e dos saberes adquiridos nos países de origem desses imigrantes, voltados para o autoconsumo da família e venda do excedente para os moradores de Curitiba. As dificuldades e os desafios foram árduos até que se concretizasse essa relação mercantil com a cidade pólo, uma relação baseada nas relações pessoais e de confiança entre os colonos e os consumidores, as quais foram responsáveis pela abertura de oportunidades para o trabalho assalariado dos membros mais jovens e de possibilidades de trocas que inclui o estímulo à escolarização.

Quando eu era pequeno pra ganhar um dinheirinho tinha que carrega a carroça cheia de lenha, carvão, frango, ovo, manteiga, leitão, e bate de casa em casa pra vende [...] de carroça, de casa em casa lá em Curitiba. Passava lá na frente da catedral, por tudo, tudo, de carrocinha. Levava 24 hora pra ir e voltar. Curitiba mudou de um jeito que... eu nem conheço mais, antes conhecia tudo (entrevistado 20)

Trabalhei de empregado no seminário Santa Maria em Curitiba quando era moço [...] eu saí quando eu fui pro quartel, daí fui funcionário do Estado por 9 ano e trabalhava com enxerteira, faze muda. [...] o salário era baixo e voltei pra lavora porque da casa aqui nunca saí [...] ah ma meus filhos, esses eu lutei pra eles estuda, eles ajudavam tudo no pesado, mas na hora de folga estudavam [...] tem a filha que é professora e mora aqui do lado, naquela

casa bonita, o filho mora com nós e trabalha junto na roça e no Aeroporto Internacional das 6 da tarde até a meia noite, há 16 anos. E tem a filha, a que cuida da cantina que é casada também [...] o marido dela trabalha na Copel [...] lá em São José, né. (entrevistado 19).

Essas oportunidades possibilitaram a permanência da família no estabelecimento rural, na medida em que a renda extra-agrícola permitia atender as necessidades de parte dos membros da família que, pela pressão do número de filhos em relação à pequena extensão das áreas e a baixa produtividade, não encontravam os meios para atender suas necessidades. Oportunidades de intercâmbios culturais que se refletiram tanto na taxa de escolaridade (maioria dos membros residentes acima de 15 anos tinham ensino fundamental completo e ensino médio) e maior destreza em lidar com o mercado, bem como, no estímulo ao consumo que inclui o estilo “mais urbano” das moradias.

As mudanças mais profundas, no entanto, ocorreu com o processo de modernização do campo, com o estímulo a produção leiteira, impulsionadas pelas demandas da cidade e da agroindústria do leite, que culmina com a criação da CLAC (Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda) em 1959. A produção do leite, somada à olericultura, fruticultura, feijão, milho e o vinho, fazia parte das estratégias tradicionais das famílias, voltadas para o consumo e a venda do excedente *in natura*. As políticas públicas direcionadas para o incremento da bacia leiteira na região oeste da RMC, aliadas a determinação do governo do Estado naquela época, obrigando a pasteurização do leite e fim da venda *in natura* promoveu o direcionamento dos produtores de leite de Mergulhão para a Cooperativa. A modernização incentivada pela COMEC ocorria via extensão rural e financiamento público para acesso ao pacote tecnológico de caráter produtivista, através da CLAC, a qual foi um dos canais para difundir os recursos financeiros e técnicos e exercer o controle sobre a aplicação do modelo preconizado.

Foi através da cooperativa que a grande maioria dos agricultores de Mergulhão adquiriu as máquinas para a lavoura, para a ensilagem, para a mecanização da ordenha e do resfriamento do leite. Através da ação da CLAC e, por vezes, da ACARPA, que ocorriam os cursos de aperfeiçoamento e o estímulo ao envio dos filhos para cursos em outros locais onde a produção do leite era mais moderna. A especialização dos produtores de leite era objetivada tanto pelas políticas públicas como pela cooperativa, o que estimulou a importação ou compra de outros estados do gado de raça, a introdução da inseminação artificial, o aprimoramento na alimentação do gado, entre outras ações. A infraestrutura necessária foi construída pelo poder público municipal e estadual, como a luz elétrica, a melhoria das estradas e a consolidação de um núcleo importante de educação e saúde.

A década de 1980 foi marcada pela grande prosperidade das famílias da comunidade e pode-se dizer, com base nos depoimentos, que houve uma relativa especialização na produção leiteira, seguindo de perto as recomendações previstas no I PDI. No entanto, esse processo não eliminou estratégias produtivas tradicionais da comunidade, como a produção de autoconsumo, da uva e do vinho, nem a olericultura para as grandes agroindústrias e supermercados, pois eram estratégias para fazer frente às despesas ou as oscilações nos preços e custos da produção leiteira. A produção mais intensiva para o mercado foi acompanhada de forte uso de agroquímicos, responsável por uma importante degradação do ambiente e da saúde de agricultores, segundo depoimentos dos entrevistados, como informou o entrevistado nº. 8. Disse ele que nas décadas de 80/90, sua família produziu grande quantidade de legumes para a uma grande empresa, inclusive ganhou prêmios de

produtividade, mas ele teve duas fortes intoxicações por agrotóxicos porque os técnicos da empresa exigiam altas doses desses produtos para garantir a “qualidade”. Essas intoxicações são responsáveis pelos graves problemas de saúde que ele tem atualmente e que o impedem de trabalhar, o que o faz apenas cultivar os vinhedos e a horta caseira de forma orgânica. Diz ele que “o cheiro de agrotóxico nas verduras que iam pra Nutritional chegavam a dar enjoão e desmaio de cheirar” e complementa “e era pra sopinha dos nenês”.

Atualmente as políticas públicas vêm sendo direcionadas para o incentivo ao turismo rural como uma forma, por um lado, de desenvolver produtos e formas de comercialização diretas ao consumidor de produtos que já existiam como: o vinho, o salame, os doces, o queijo, entre outros, aliadas a uma importante infraestrutura de turismo, com pesque-pagues, restaurantes, cantinas, cafés e salão de festas. Por outro lado, para atender às diretrizes de desenvolvimento rural previsto no segundo II PDI (2002), com o objetivo de conservação do solo e da mata remanescente ou em processo de recuperação e de proteção dos mananciais de captação de água para abastecer a metrópole.

O Rio Pequeno margeia a comunidade e faz parte da APA estadual do Rio Pequeno (decreto 1752 de 6/5/1996), o qual é um dos locais de captação de água para a metrópole. As políticas públicas têm sido de estímulo ao associativismo dos produtores envolvidos no “Caminho do Vinho” e de fomentar cursos e intercâmbios para o aprendizado voltado para o setor de turismo, bem como, de fiscalização sobre as ações de degradação, como exemplo a proibição de funcionamento de um frigorífico na comunidade e a pressão para que os donos de pesque-pagues adequem suas estruturas para não degradar a várzea do Rio Pequeno. No entanto, a opção pelo turismo rural não tem eliminado a importante olericultura, voltada para o mercado (CEASA, Agroindústrias, Supermercados), dentro do padrão produtivista, a qual era (2005) a principal fonte de renda da maioria das famílias.

As oportunidades que foram se desenhando para o desenvolvimento desta comunidade trouxeram problemas pela “nova” pressão demográfica e de acesso à terra. A expansão dos condomínios residenciais (Mergulhão) que vêm se instalando na comunidade, seja como moradia do pessoal da cidade (São José dos Pinhais e Curitiba), como para usufruir da natureza/sossego pelos aposentados, alia-se a valorização dos imóveis (R\$200.000,00 o alqueire em 2005), o que vêm limitando o acesso a novas áreas, mesmo sendo o desejo de muitos agricultores. As estratégias adotadas pelas famílias vêm sendo tanto de ignorar a presença dos “de fora” como dar vazão e publicidade as severas críticas às famílias do lugar, que vendem suas propriedades para esta finalidade. De certo modo essas pressões são vistas como ameaçadoras a reprodução de um modo de vida que têm garantido a continuidade da comunidade.

A dinâmica interna das famílias revela que a tendência nacional de redução do número de filhos também se faz presente nas famílias da comunidade (2,6 filhos/família), com argumentos que giram em torno das dificuldades em atender às necessidades da família, por que: ampliaram-se as oportunidades de estudo que geram novas necessidades; novos apelos de consumo; limitação de terras disponíveis que não comporta a permanência de todos, mesmo com o número reduzido de filhos. Se, por um lado, isso pode representar uma redução das pressões demográficas e por terra, na realidade o que vem acontecendo é que a diversificação das atividades de trabalho e renda vem atraindo muitos filhos/netos de volta à comunidade. Havia em 2005 um nítido envelhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos (46% acima de 50 anos) que alimentava o debate em torno da sucessão do patrimônio familiar.

Nesse contexto, observava-se um importante movimento de filhos que estavam retornando às atividades no estabelecimento familiar, incluindo aqueles que voltaram a estabelecer residência. Alguns se envolvendo no processo produtivo e no turismo, outros apenas no turismo rural. Segundo alguns depoimentos destes membros das famílias, há alguns aspectos que explicariam esse movimento: os pais estavam se aposentando; não encontravam mais na cidade oportunidades de renda e autonomia desejadas; a valorização dos imóveis; a oportunidade de permanência do patrimônio familiar que vão além das questões financeiras.

No campo da produção, as pressões também ocorriam. Para atender a problemática ambiental, passou-se a estimular alternativas como: conversão para a produção orgânica ou “mais natural”; manutenção e recuperação da paisagem rural para atender ao turismo para os que buscam a “natureza”; (re)valorização dos produtos artesanais locais; conservação e recuperação dos recursos hídricos e das condições do solo para a produção agrícola. No entanto, isso ocorria de forma parcial porque é no contexto e no conjunto das práticas convencionais da modernização que essas pressões ocorriam. Há resistências e inseguranças nesse processo, pois estão em jogo tanto questões antigas como as restrições ao acesso à terra, como questões novas de conservação e recuperação dos recursos naturais sob pressão das políticas públicas e da legislação ambiental. Essas pressões para mudanças nas estratégias dos agricultores contêm, também, “efeitos inesperados” como aqueles revelados nas ações em relação à eliminação de mudas do Pinheiro Araucária para manter a possibilidade de “terra limpa”.

A noção de ‘terra limpa’ acompanha a visão dominante de desenvolvimento brasileiro, não sendo fruto apenas das condições das famílias que ocuparam as terras da comunidade, ela satisfaz de certo modo os pressupostos da modernização, tão incentivados pela elite e pela sociedade brasileira durante o século XX. Como lembra Brandão, quando se refere a relação de afeto do lavrador com a terra, há o desejo “de tornar ‘culturalmente’ culto o inculto, civilizado o selvagem, socializado e útil aquilo que, dado pela natureza ao homem, somente parece completar o ciclo de seu valor quando transformado de floresta em campo, de campo em terra de lavoura, de terra de lavoura em lavoura plantada e colhida” (BRANDÃO, 1999, p. 64). Assim, culpar ou punir o agricultor pelo desmatamento pode funcionar como pressão à adequação ao “novo” modelo de desenvolvimento “sustentável”, mas requer também mudanças culturais mais globais.

No contexto do debate sobre a sustentabilidade, outro aspecto relevante é a produção de alimentos. Os efeitos “inesperados” sobre a saúde humana pelo uso intensivo de agroquímicos, entre outros produtos, foram sentidos “na pele” por muitos agricultores de Mergulhão. Vários depoimentos relataram a ocorrência de problemas reais com a saúde da família ou da vizinhança, gerados pela intoxicação pelo manuseio e uso indevido dos agrotóxicos. As respostas a esses problemas, segundo os agricultores, foram: cuidados no manuseio dos agroquímicos; melhoria na higiene pessoal; turismo rural; produção de autoconsumo com práticas “mais naturais”, em separado da produção para o mercado que, pelo padrão exigido, requer uso intensivo de agroquímicos.

Durante as entrevistas foi possível perceber que os agricultores fazem de algum modo relações entre suas práticas e os efeitos sobre o meio ambiente. Fazem relações entre: as opções de tipos e técnicas de cultivo e criação com as condições da água (poluição, diminuição da quantidade, etc); com a extinção e recuperação da mata e a degradação do solo; os problemas de erosão com a falta da mata ciliar; a falta da mata ciliar e a qualidade da água; as necessidades de sobrevivência das

famílias com as práticas em relação ao extrativismo e a caça. No entanto, a identificação de responsabilidades em relação a essas práticas fica difusa, no geral atribuem às pressões internas (luta pela sobrevivência) e externas (mercado, políticas e programas públicos, leis ambientais), em geral ligadas “aos outros”. Mas, percebe-se que quando eles identificam o problema e incorporam as estratégias de mudança e essas têm resultados concretos, elas passam a fazer parte do cotidiano da família. Assim, a difusão da informação e de técnicas que auxiliem os agricultores a colocarem em práticas tais mudanças é fundamental. Essa função de atendimento às demandas deste rural ainda não faz parte das políticas públicas para a região.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível afirmar que a quantidade e a qualidade (segurança alimentar) da produção de alimentos estão relacionadas com: o impacto dos programas e políticas de modernização do campo e das críticas a esse modelo; a demanda de mercado e as possibilidades concretas de atendimento a tais demandas; a visão que os agricultores têm da relação entre as práticas produtivas e técnicas com as conseqüências para a saúde humana, a poluição e a degradação no meio ambiente; o acesso a informação confiável que seja incorporada nas práticas dos agricultores; e as possibilidades concretas de reprodução do patrimônio familiar.

De fato pode se afirmar que as ações dos agricultores podem ser tanto de proteção como de degradação ambiental, dependendo do acesso à modernização tecnológica e da percepção das inter-relações entre os elementos dos ecossistemas, com os quais os agricultores têm uma relação mais imediata. Essas ações criam espaços diferenciados de sociabilidade, seja pela rede de relações que reafirmam o modelo dominante através da assistência técnica convencional e nas trocas de informações e experiências entre os agricultores, seja pelas redes alternativas de organização e de assistência técnica que criam outras redes de trocas de experiências.

Assim, há uma constante construção e reconstrução de conhecimentos que reafirmam ou modificam as lógicas dominantes de intervenção na natureza e de possibilidades para a reprodução do patrimônio familiar. A efetividade das alternativas ao produtivismo e aos seus efeitos “inesperados” depende de uma série de questões, principalmente, do estabelecimento do diálogo entre os vários atores envolvidos: cientistas, gestores públicos, ONG’s e agricultores familiares. Diálogo de saberes que supere a atual incomunicabilidade existente, em que as demandas da metrópole se impõem sobre a dinâmica do rural e da agricultura familiar, colocando em risco a reprodução do patrimônio familiar. Patrimônio que é de usufruto direto das famílias e indiretamente de toda a sociedade.

As novas ruralidades, como no caso de Mergulhão, voltadas ao turismo rural ou a produção “mais natural”, são ainda experiências que comportam análises mais aprofundadas, porque não são em si alternativas “sustentáveis”, precisa observar que nelas há também “efeitos inesperados”, produto das novas pressões da metrópole. Assim, a superação da crise socioambiental e a busca de novas alternativas requerem um grande esforço tanto de valorização de aspectos da tradição quanto de inovações de saberes e práticas, que somente podem ocorrer nas relações concretas e dinâmicas entre os agricultores familiares, as suas organizações, os agentes públicos e a sociedade.

Referências

- ALMEIDA J.; NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra.** Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- CARVALHO, H. M.; MOTTA, M.; ZARTH, P (coord). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD, 2009.
- CHAYANOV. A V. **La organizacion de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COMEC. **PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001:** Documento Síntese para Discussão. Curitiba, 2002. 79 p.
- CORONA, H. M. P. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações.** 2006. 316p. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- CORONA, H.M.P; DIAS. J. B; SOUZA, C. R; SOUZA, O. T; QUEIROGA, J. L; BERTOTTI, L G; SANTOS, A. F. **Texto coletivo sobre desenvolvimento rural.** Turma V, Curitiba, Julho, 2003.
- FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade:** quais especificidades do caso brasileiro? Texto apresentado no XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos-CERU/USP, 27 e 28 de maio de 2002.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas/SP: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária,** 2003. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 05 jun., 2009.
- IPARDES. **Leituras regionais:** Mesorregião Metropolitana de Curitiba, 2004. Disponível em: <www.pr.gov.br/ipardes>. Acesso em 10 jul., 2005.
- JOLLIVET, Marcel. (dir.) **Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens.** Paris: L’Harmattan, 1997.
- KARAM, K. F. **Agricultura Orgânica:** estratégia para uma nova ruralidade. 235 p. Tese apresentada no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- LAMARCHE, H (coord.). **A agricultura familiar.** Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

MADE – Doutorado em meio ambiente e desenvolvimento - DAROLT, M R; DAVANSO, S. M., DELGADO, P. R; KARAM, K F. *et all.* **Caracterização da Região Metropolitana de Curitiba.** Turma II, Curitiba, Maio, 1997.

MARTINE, G; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** Exposição de orador de plenário na sessão de encerramento do X Congresso de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 2000.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, R; DELGADO, P; DESCHAMPS, M; CARDOSO, N. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira:** diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão. Curitiba: IPARDES, 2004.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar no contexto do capitalismo atual. Conferência realizada na UTFPR, Pato Branco, PR, 2011.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. Tradução de Ana Maria Iversson. In: MARTINS, J. de S. (org). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.

ANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

_____.Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura família:** realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** In: CADERNOS DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE A RECONSTRUÇÃO DA RURALIDADE E A RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA, UFPR, Curitiba, 2000a.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, 15 de outubro 2000b, 87-145.

Submetido em 26/09/2012.

Aprovado em 29/03/2013.

Sobre a autora

Hieda Maria Pagliosa Corona

Socióloga, Mestre em Sociologia e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR; professora do ensino superior da UTFPR, Campus Pato Branco, vinculada à graduação e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR; pesquisadora do CEPAD/UTFPR.
Email: hiedacorona@hotmail.com